



Questões de Direito Previdenciário

01. Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta:

I - O pescador profissional, que exerça a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, é segurado especial.

II - São assegurados ao pescador profissional, que exerça a atividade de forma artesanal, individualmente ou regime de economia familiar, todos os benefícios especificados na Lei Federal nº 8.213/91, desde que contribua facultativamente para a Previdência Social.

III - É devido pelo INSS ao pescador profissional, que exerça a atividade de forma artesanal, o seguro-desemprego, no período defeso de atividade pesqueira.

IV - A contribuição obrigatória do pescador profissional, que exerça a atividade de forma artesanal, incide sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
- b) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados II, III e IV estão corretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

02. Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta:

I - O empregador rural, aposentado não terá direito ao salário-família, nem à reabilitação profissional.

II - Constitui receita da Seguridade Social o repasse de metade do valor total do prêmio recolhido relativo ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres.

III - As contribuições sociais podem incidir sobre o lucro decorrente da exportação.

IV - Não há vedação constitucional à remissão ou anistia de contribuições sociais, exceto na hipótese de débito em montante superior ao fixado em lei complementar.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
- b) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados II, III e IV estão corretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

03. Dentre as proposições que se seguem, assinale a INCORRETA:

a) É competente a Justiça Federal para processar e julgar causa relativa ao auxílio-acidente, em virtude de queda sofrida por trabalhador associado à cooperativa de trabalho.

b) É indevido o abono anual ao segurado que recebe o auxílio-acidente.

c) O auxílio-acidente corresponde a 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício e pode ser inferior ao salário-mínimo,

d) O trabalhador avulso, que presta serviços de natureza urbana a duas ou mais empresas, sem vínculo empregatício, tem direito ao auxílio-acidente,

04. Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta:

I - O trabalhador avulso que exerce atividade rural para duas ou mais empresas, em caráter eventual, sem vínculo empregatício, pode requerer a aposentadoria por idade rural até 31.12.2010.

II - O enquadramento da regra de transição da carência para obtenção da aposentadoria por idade do trabalhador rural leva em conta o ano em que forem satisfeitos os requisitos deste benefício previdenciário.

III - O aposentado por idade rural, que se tomar empregado celetista do Município, é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições sociais, para fins de custeio da Seguridade Social.



Questões de Direito Previdenciário

IV - A segurada aposentada que retornar à atividade tem direito ao salário-maternidade.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
- b) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

05. Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta:

I - A proteção do meio ambiente do garimpo não é atribuição do SUS.

II - A assistência à saúde do educando, no ensino fundamental, é financiada com recursos provenientes da contribuição social do salário-educação.

III - Está desvinculado do orçamento da Seguridade Social até 31 de dezembro de 2011, 25% do produto da arrecadação das contribuições sociais sobre a receita, o faturamento e sobre o lucro.

IV - As ações e serviços voltados ao atendimento à saúde das populações indígenas é realizado com o orçamento da seguridade Social e complementado com os recursos de outros entes estatais.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
- b) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

06. Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta:

Entende-se como família do idoso ou da pessoa portadora de deficiência, para efeito de apuração da renda familiar mensal "per capita".

- a) a filha divorciada; a neta e o marido dela; os avós; e a sobrinha de irmão falecido, residentes sob o mesmo teto.
- b) o companheiro da filha; os tios; os sobrinhos, residentes sob o mesmo teto.
- c) a filha e o marido dela; os netos; residentes sob o mesmo teto.
- d) os pais; o cônjuge, os filhos do casal, menores de 18 (dezoito anos) anos, residentes sob o mesmo teto.

07. Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta.

I - A alíquota da contribuição social do estagiário de advocacia não pode ser majorada sem respeito ao princípio da anterioridade nonagesimal.

II - É segurado especial o filho de 14 (quatorze) anos, que prove trabalhar em regime de economia familiar.

III - Não é permitido o recebimento conjunto de aposentadoria de valor mínimo e auxílio-reclusão do cônjuge, segurada recolhida a prisão.

IV - A mãe, que percebe benefício assistencial, não pode receber em conjunto o auxílio-reclusão de dois filhos recolhidos à prisão.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
- b) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.



Questões de Direito Previdenciário

08. Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta.

I - Sendo vários os pensionistas, a morte de qualquer deles extingue a respectiva parte e reduz o valor do benefício.

II - Na causa que tem por objeto condenar o INSS a conceder a pensão por morte, negada a união estável pelo cônjuge, o juiz federal não pode decidir essa questão na mesma sentença em que acolher ou rejeitar o pedido formulado por aquela que afirma ser companheira do aposentado.

III - A morte do filho menor de 21 anos, pensionista, autoriza a reversão da pensão por morte aos pais do segurado, referidos na classe subsequente do rol de dependentes.

IV - A emancipação em virtude de conclusão de curso superior de dependente inválido extingue a sua parte na pensão por morte.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
- b) apenas os enunciados II, III e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

09. Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta:

I - O tempo de contribuição como segurado facultativo é contado mesmo que anterior a perda da qualidade de segurado,

II - O salário de benefício do auxílio-doença consiste atualmente na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondente a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.

III - A renda mensal inicial do salário-maternidade da segurada empregada não está sujeita ao limite máximo do salário de contribuição.

IV - Admitida a incapacidade laborativa temporária, pode ser reconhecida apenas relativamente a uma das atividades concomitantes, mas delas será afastado o segurado se exercer a mesma profissão.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.
- b) apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados I, II, e III estão incorretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.

GABARITO: (01) - B / (02) - A / (03) - B / (04) - A / (05) - D / (06) - D / (07) - D / (08) - D / (09) - B

Notas: Questões de Direito Previdenciário (Seguridade Social), extraídas do 14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aplicada aos 09 de março de 2008, selecionadas por Paula Camila de Lima, Advogada, Pós-graduada em Direito Tributário com formação em Magistério Superior - FMS pela Unisul/LFG, Bauru/SP.

01. Sobre a Previdência Social no Brasil, é CORRETO afirmar que:

- a) No sistema brasileiro as contribuições sociais são destinadas exclusivamente a servir de base financeira para as prestações previdenciárias.
- b) Com base na divisão dos recursos obtidos com as contribuições sociais, o Brasil adota o sistema de capitalização como modelo básico e o regime de previdência complementar com o sistema de repartição.



Questões de Direito Previdenciário

- c) A contribuição de inativos e pensionistas não encontra suporte constitucional, conforme sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.
- e) No sistema contributivo adotado pelo Brasil, o custeio do regime previdenciário deve ocorrer exclusivamente pelas contribuições sociais destinadas para tanto, não cabendo à União a cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social.

02. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social com base nos seguintes objetivos, EXCETO:

- a) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- b) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- d) Equidade na forma de participação no custeio.
- e) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

03. A organização da Previdência Social deve obedecer aos seguintes princípios e diretrizes, EXCETO:

- a) Facultatividade da previdência complementar.
- b) Preservação do valor nominal dos benefícios.
- c) Garantia de renda mensal não inferior ao valor do salário mínimo, para os benefícios substitutivos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado.
- d) O equilíbrio financeiro e atuarial.
- e) Correção monetária dos salários de contribuição.

04. Sobre a decadência e a prescrição das contribuições para Seguridade Social, é INCORRETO afirmar que:

- a) Decadência é a extinção do direito do ente arrecadador de apurar e constituir, por lançamento, o seu crédito previdenciário, em decorrência de não tê-lo exercido no lapso de tempo que a lei lhe assegurou.
- b) A prescrição é a perda do direito de promover a execução judicial de seu crédito já constituído, em virtude de não tê-lo exercido dentro do prazo legal.
- c) O lapso decadencial e prescricional das contribuições para a Seguridade Social é de cinco anos.
- d) O lapso decadencial e prescricional das contribuições para a Seguridade Social é aquele estabelecido nos arts. 45 e 46 da Lei 8.212/91, ou seja, de dez anos.
- e) O direito de o contribuinte pleitear restituição ou de realizar qualquer compensação de contribuições ou de outras importâncias, prescreve em cinco anos contados da data do pagamento ou do recolhimento indevido, bem como da data em que se torna definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a sentença judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

05. É caso de cancelamento do benefício previdenciário, EXCETO:

- a) A continuidade do exercício de trabalho ou atividade que sujeite o segurado beneficiário de aposentadoria especial a condições nocivas à saúde ou à integridade física.



Questões de Direito Previdenciário

- b) O reaparecimento do segurado considerado falecido por decisão judicial que havia declarado morte presumida ensejadora do pagamento de pensão provisória aos dependentes.
- c) A conduta do segurado beneficiário de aposentadoria por invalidez que não se apresenta para a realização de exame médico-pericial periódico a cargo do INSS.
- d) O retorno ao trabalho de segurado aposentado por invalidez.
- e) A constatação, pelo INSS, de concessão ou manutenção irregular ou indevida de benefício previdenciário.

06. Sobre a carência para a concessão de benefício previdenciário, assinale a alternativa que está em desconformidade com a legislação previdenciária:

- a) Para o segurado empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso o início da contagem do período da carência é feita desde o primeiro dia do mês em que iniciou a execução de atividade remunerada nesta condição, sendo presumida a contribuição.
- b) O período de carência para a concessão de salário-maternidade para as seguradas contribuintes individuais, seguradas especiais e seguradas facultativas é de 10 (dez) contribuições mensais.
- c) Não é permitida ao beneficiário a antecipação do pagamento de contribuição para efeito de recebimento de benefícios.
- d) Independem de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho.
- e) Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

07. De acordo com a legislação previdenciária vigente, são benefícios do Regime Geral de Previdência Social:

- a) Aposentadoria por Idade, Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Abono de Permanência.
- b) Auxílio-Acidente, Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão e Auxílio-Natalidade.
- c) Salário-Família, Salário-Maternidade, Pensão por Morte e Aposentadoria Especial.
- d) Aposentadoria por Idade, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Aposentadoria Especial e Auxílio-Funeral.
- e) Aposentadoria por Idade, Aposentadoria Especial, Renda Mensal Vitalícia e Benefício Assistencial ao Idoso e ao Deficiente - LOAS.

08. A qualidade de segurado é mantida, independentemente de contribuições:

- a) Até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, para o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração, sendo prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.
- b) Até 12 (doze) meses após cessar a segregação, para o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- c) Até 6 (seis) meses após o livramento, para o segurado retido ou recluso.
- d) Até 6 (seis) meses após o licenciamento, para o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- e) Até 3 (três) meses após a cessação das contribuições, para o segurado facultativo.



Questões de Direito Previdenciário

09. Conforme a Lei nº 8.213/91, analise as assertivas abaixo:

- I. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado ou trabalhador avulso.
- II. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social.
- III. É segurado obrigatório da Previdência Social como contribuinte individual o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.
- IV. É presumida a dependência econômica do cônjuge, da companheira e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, com relação ao segurado.
- V. O segurado empregado doméstico não poderá beneficiar-se de auxílio-acidente.

Considerando as assertivas acima como Verdadeira (V) ou Falsa (F), assinale a alternativa CORRETA:

- a) V, V, F, V, V.
- b) F, V, F, F, V.
- c) V, V, V, V, F.
- d) F, F, V, V, F.
- e) F, V, F, V, V.

10. Como regra geral, independe de carência a concessão dos seguintes benefícios, EXCETO:

- a) Salário-maternidade para a segurada empregada doméstica.
- b) Pensão por morte.
- c) Auxílio-acidente.
- d) Salário-maternidade para a segurada trabalhadora avulsa.
- e) Aposentadoria por invalidez.

11. Analise as proposições abaixo:

- I. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), exceto quando o valor da aposentadoria atingir o limite máximo legal.
- II. A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos, se do sexo feminino, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.
- III. O salário-maternidade devido à trabalhadora avulsa será pago diretamente pela Previdência Social.
- IV. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado, quando, após consolidação das lesões decorrentes exclusivamente de acidente de trabalho, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- V. O aposentado por invalidez ou por idade não terá direito ao salário-família.

Considerando as assertivas acima como Verdadeira (V) ou Falsa (F), assinale a alternativa CORRETA:

- a) F, V, V, F, F.



Questões de Direito Previdenciário

- b) F, V, F, F, F.
- c) V, V, V, F, F.
- d) V, F, F, F, F.
- e) V, F, V, F, F.

GABARITO: (01) - D / (02) - E / (03) - B / (04) - D / (05) - C / (06) - A / (07) - C / (08) - B / (09) - E / (10) - E / (11) - A

Notas: Questões de Direito Previdenciário - 1ª e 2ª Partes, extraídas do X Concurso Público Para Provimento de Cargo de Juiz do Trabalho Substituto, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - Mato Grosso do Sul, selecionadas por Paula Camila de Lima, Advogada, Pós-graduanda em Direito Tributário pela Unisul/LFG, Bauru/SP.

01. Ao se conceder o benefício assistencial da renda vitalícia ao idoso ou ao deficiente sem meios de subsistência estará sendo aplicado, especificamente, o princípio da:

- (A) Eqüidade na forma de participação no custeio.
- (B) Universalidade do atendimento.
- (C) Universalidade da cobertura.
- (D) Distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (E) Diversidade da base de financiamento.

02. Considere as seguintes assertivas a respeito da assistência social:

- I. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
- II. A participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis é uma das diretrizes de organização das ações governamentais na área da assistência social.
- III. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até três décimos por cento de sua receita tributária líquida.
- IV. É vedada a aplicação dos recursos de programa de apoio à inclusão e promoção social dos Estados e do Distrito Federal no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

03. De acordo com a Lei nº 8.213/91, os membros do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo:

- (A) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de três anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.



Questões de Direito Previdenciário

- (B) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.
- (C) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
- (D) Presidente do Congresso Nacional, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de três anos, sendo vedada a recondução.
- (E) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
-

GABARITO: (01) - D / (02) - B / (03) - E

Notas: Questões de Direito Previdenciário, extraídas do concurso para Analista Judiciário - Área Judiciária, do Tribunal Regional Federal - TRF da 3ª Região, selecionadas por Paula Camila de Lima, Advogada, Pós-graduanda em Direito Tributário pela Unisul/LFG, Bauru/SP. [

01) Sobre a Previdência Social no Brasil, é CORRETO afirmar que:

- a) No sistema brasileiro as contribuições sociais são destinadas exclusivamente a servir de base financeira para as prestações previdenciárias.
- b) Com base na divisão dos recursos obtidos com as contribuições sociais, o Brasil adota o sistema de capitalização como modelo básico e o regime de previdência complementar com o sistema de repartição.
- c) A contribuição de inativos e pensionistas não encontra suporte constitucional, conforme sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.
- e) No sistema contributivo adotado pelo Brasil, o custeio do regime previdenciário deve ocorrer exclusivamente pelas contribuições sociais destinadas para tanto, não cabendo à União a cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social.

02) Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social com base nos seguintes objetivos, EXCETO:

- a) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- b) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- d) Eqüidade na forma de participação no custeio.
- e) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

03) A organização da Previdência Social deve obedecer aos seguintes princípios e diretrizes, EXCETO:

- a) Facultatividade da previdência complementar.
- b) Preservação do valor nominal dos benefícios.
- c) Garantia de renda mensal não inferior ao valor do salário mínimo, para os benefícios substitutivos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado.
- d) O equilíbrio financeiro e atuarial.



Questões de Direito Previdenciário

e) Correção monetária dos salários de contribuição.

04) Sobre a decadência e a prescrição das contribuições para Seguridade Social, é INCORRETO afirmar que:

- a) Decadência é a extinção do direito do ente arrecadador de apurar e constituir, por lançamento, o seu crédito previdenciário, em decorrência de não tê-lo exercido no lapso de tempo que a lei lhe assegurou.
- b) A prescrição é a perda do direito de promover a execução judicial de seu crédito já constituído, em virtude de não tê-lo exercido dentro do prazo legal.
- c) O lapso decadencial e prescricional das contribuições para a Seguridade Social é de cinco anos.
- d) O lapso decadencial e prescricional das contribuições para a Seguridade Social é aquele estabelecido nos arts. 45 e 46 da Lei 8.212/91, ou seja, de dez anos.
- e) O direito de o contribuinte pleitear restituição ou de realizar qualquer compensação de contribuições ou de outras importâncias, prescreve em cinco anos contados da data do pagamento ou do recolhimento indevido, bem como da data em que se torna definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a sentença judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

05) É caso de cancelamento do benefício previdenciário, EXCETO:

- a) A continuidade do exercício de trabalho ou atividade que sujeite o segurado beneficiário de aposentadoria especial a condições nocivas à saúde ou à integridade física.
- b) O reaparecimento do segurado considerado falecido por decisão judicial que havia declarado morte presumida ensejadora do pagamento de pensão provisória aos dependentes.
- c) A conduta do segurado beneficiário de aposentadoria por invalidez que não se apresenta para a realização de exame médico-pericial periódico a cargo do INSS.
- d) O retorno ao trabalho de segurado aposentado por invalidez.
- e) A constatação, pelo INSS, de concessão ou manutenção irregular ou indevida de benefício previdenciário.

06) Sobre a carência para a concessão de benefício previdenciário, assinale a alternativa que está em desconformidade com a legislação previdenciária:

- a) Para o segurado empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso o início da contagem do período da carência é feita desde o primeiro dia do mês em que iniciou a execução de atividade remunerada nesta condição, sendo presumida a contribuição.
- b) O período de carência para a concessão de salário-maternidade para as seguradas contribuintes individuais, seguradas especiais e seguradas facultativas é de 10 (dez) contribuições mensais.
- c) Não é permitida ao beneficiário a antecipação do pagamento de contribuição para efeito de recebimento de benefícios.
- d) Independem de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho.
- e) Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

07) De acordo com a legislação previdenciária vigente, são benefícios do Regime Geral de Previdência Social:

- a) Aposentadoria por Idade, Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Abono de Permanência.



Questões de Direito Previdenciário

- b) Auxílio-Acidente, Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão e Auxílio-Natalidade.
- c) Salário-Família, Salário-Maternidade, Pensão por Morte e Aposentadoria Especial.
- d) Aposentadoria por Idade, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Aposentadoria Especial e Auxílio-Funeral.
- e) Aposentadoria por Idade, Aposentadoria Especial, Renda Mensal Vitalícia e Benefício Assistencial ao Idoso e ao Deficiente - LOAS.

08) A qualidade de segurado é mantida, independentemente de contribuições:

- a) Até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, para o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração, sendo prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.
- b) Até 12 (doze) meses após cessar a segregação, para o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- c) Até 6 (seis) meses após o livramento, para o segurado retido ou recluso.
- d) Até 6 (seis) meses após o licenciamento, para o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- e) Até 3 (três) meses após a cessação das contribuições, para o segurado facultativo.

09) Conforme a Lei nº 8.213/91, analise as assertivas abaixo:

- I. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado ou trabalhador avulso.
- II. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social.
- III. É segurado obrigatório da Previdência Social como contribuinte individual o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.
- IV. É presumida a dependência econômica do cônjuge, da companheira e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, com relação ao segurado.
- V. O segurado empregado doméstico não poderá beneficiar-se de auxílio-acidente.

Considerando as assertivas acima como Verdadeira (V) ou Falsa (F), assinale a alternativa CORRETA:

- a) V, V, F, V, V.
- b) F, V, F, F, V.
- c) V, V, V, V, F.
- d) F, F, V, V, F.
- e) F, V, F, V, V.

10) Como regra geral, independe de carência a concessão dos seguintes benefícios, EXCETO:

- a) Salário-maternidade para a segurada empregada doméstica.
- b) Pensão por morte.
- c) Auxílio-acidente.
- d) Salário-maternidade para a segurada trabalhadora avulsa.



Questões de Direito Previdenciário

e) Aposentadoria por invalidez.

11) Analise as proposições abaixo:

I. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), exceto quando o valor da aposentadoria atingir o limite máximo legal.

II. A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos, se do sexo feminino, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.

III. O salário-maternidade devido à trabalhadora avulsa será pago diretamente pela Previdência Social.

IV. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado, quando, após consolidação das lesões decorrentes exclusivamente de acidente de trabalho, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

V. O aposentado por invalidez ou por idade não terá direito ao salário-família.

Considerando as assertivas acima como Verdadeira (V) ou Falsa (F), assinale a alternativa CORRETA:

- a) F, V, V, F, F.
- b) F, V, F, F, F.
- c) V, V, V, F, F.
- d) V, F, F, F, F.
- e) V, F, V, F, F.

GABARITO: (01) - D / (02) - E / (03) - B / (04) - D / (05) - C / (06) - A / (07) - C / (08) - B / (09) - E / (10) - E / (11) - A

Notas: Questões de Direito Previdenciário, extraídas do Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, selecionadas por Paula Camila de Lima, Advogada, Pós-graduanda em Direito Tributário pela Unisul/LFG, Bauru/SP.

01. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. No âmbito dos Juizados Especiais Federais, pacificou-se a jurisprudência no sentido de que a União é parte ilegítima para figurar no pólo passivo das ações em que se pleiteia o benefício assistencial previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/93.

II. Identificam-se em Direito Previdenciário os conceitos de seguridade e assistência social, sinonímia que se mostra enfaticamente no fato de que ambos são universalizados, com sistema contributivo e participação obrigatória da União, do patrão e do empregado.

III. Os tratados, convenções e outros acordos internacionais de que Estado estrangeiro ou organismo internacional e o Brasil sejam partes, e que versem sobre matéria previdenciária, serão interpretados como lei especial.

IV. O Direito Previdenciário admite a solução do conflito pela equidade, do que fazem exemplos decisões judiciais que asseguraram o direito da companheira à pensão por morte do segurado antes mesmo que reconhecido em lei.



Questões de Direito Previdenciário

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Estão corretas todas as assertivas.

02. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. Apontando iterativa jurisprudência, inclusive do Pretório Excelso, que "não há direito adquirido a regime jurídico", o princípio *tempus regit actum* não encontra aplicação no Direito Previdenciário; assim, o segurado que já possuía o direito à aposentadoria antes da vigência da Lei nº 9.876/99 não faz jus a, nos dias de hoje, requerer o benefício sem a incidência do fator previdenciário.

II. As contribuições sociais incidentes sobre apostas feitas em concursos de prognósticos têm como contribuintes as pessoas jurídicas que promovem o recolhimento; e não os apostadores.

III. As prestações previdenciárias guardam natureza eminentemente alimentar constituindo, no mais das vezes, o meio de subsistência básica do ser humano, cuja demora no deferimento pode causar danos irreparáveis à existência digna de quem delas depende.

IV. Em razão de serem os chamados "bóias-frias" trabalhadores eventuais, excluem-se ainda hoje do amparo da legislação previdenciária, mesmo quando surpreendidos pela fiscalização previdenciária em plena atividade laborativa.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Estão incorretas todas as assertivas.

03. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. A imunidade que a Constituição Federal empresta aos templos de qualquer culto inviabiliza que ministros de confissão religiosa sejam em razão dessa mesma condição contribuintes da Previdência Social.

II. O servidor público federal ocupante de cargo em comissão que não pertença aos quadros efetivos da entidade pública sujeita-se ao Regime Geral da Previdência Social em condição idêntica à de empregado.

III. Trabalhador eventual é aquele que presta serviços a uma empresa para atender a necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou o acréscimo extraordinário de serviço por período não superior a três meses.

IV. Não se admite como início de prova de trabalho rural documento de produtor rural em nome de terceiro, ainda que parente.

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão incorretas todas as assertivas.

04. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. Se a segurada da Previdência Social adotar recém-nascido, não poderá pleitear auxílio natalidade, pois que, na hipótese, o evento foi previsível, não se tratando de exposição a risco eventual atuarialmente considerável.

II. A "proibição de retrocesso" é princípio absoluto, mas que tem sua aplicação apenas na jurisprudência, inibindo o juiz de interpretar em detrimento de direitos sociais, mesmo os que se situem fora da órbita do "mínimo existencial".



Questões de Direito Previdenciário

III. O princípio da compulsoriedade da inscrição, aliado à inexistência de vínculo empregatício, faz com que a dona de casa não se vincule à Previdência Social.

IV. Em razão do abuso verificado, acarretando renúncia fiscal de aproximadamente dois trilhões de reais a cada exercício financeiro, foi extinta por força de emenda constitucional a isenção das entidades filantrópicas pertinente à quota patronal das contribuições previdenciárias.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão incorretas todas as assertivas.

Para responder às questões 05 e 06 considere o enunciado seguinte: **Ocorrido desastre aéreo, estando determinado segurado na lista de passageiros, foi requerida pensão antes mesmo que houvesse a identificação do corpo. Seis meses após, o segurado reaparece vivo, narrando ter recebido socorro de tribo de índios isolada, o que tornou muito difícil tanto o contato com a civilização quanto a viagem de volta.**

05. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. Jamais poderia ser admitida presunção de morte antes de encerrado definitivamente o trabalho de identificação dos mortos no acidente.

II. A hipótese contempla morte presumida em razão de desaparecimento, figura jurídica que, em Direito Previdenciário, difere da simples ausência.

III. Em sendo o ato de concessão da pensão "ato jurídico perfeito", constituindo direito adquirido dos dependentes, o retorno do segurado é irrelevante, não guardando efeito qualquer sobre a relação de direito.

IV. Porque a relação jurídica gerada pelo requerimento da pensão previdenciária implica decidir sobre a própria existência do segurado, a ação judicial pertinente refoge à competência da Justiça Federal, pois acarreta seqüências no registro civil.

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Está correta apenas a assertiva IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- d) Estão incorretas todas as assertivas.

06. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. O direito brasileiro não alberga pensão por morte presumida, razão pela qual o benefício era de indeferir-se de plano.

II. Ter-se-ia de aguardar seis meses a partir da declaração de morte presumida pela autoridade judicial competente para a concessão de pensão provisória.

III. Deferir-se-ia o benefício independentemente do prazo e da declaração judicial, em razão das circunstâncias em que a morte ocorreu.

IV. Os dependentes deverão devolver aos cofres previdenciários as quantias percebidas a título de benefício, ainda que não se lhes impute má-fé.

- a) Está correta apenas a assertiva III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Estão incorretas todas as assertivas.



Questões de Direito Previdenciário

07. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A lei ordinária pode valer-se de outras fontes de receita para a Seguridade Social, criando contribuição nova diversa daquelas expressamente previstas na Constituição.
- II. A fórmula do fator previdenciário leva em consideração a idade do segurado e seu tempo de contribuição, mas não considera a expectativa de sobrevida, fator cuja relatividade é avessa à segurança necessária a um trabalho atuarial.
- III. Ao segurado empregado que tenha cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possa comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada, quando da apresentação de prova dos salários-de-contribuição.
- IV. É assegurada a concessão do benefício de pensão por morte aos dependentes do de cujus que, ainda que tenha perdido a qualidade de segurado, haja preenchido os requisitos legais para a obtenção da aposentadoria antes da data do falecimento.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.

08. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O modelo previdenciário brasileiro comporta o sistema de repartição como base, mas admite o regime de previdência complementar, facultativo, mediante sistema de capitalização.
- II. A doutrina majoritária nega à Lei Eloy Chaves a condição de marco inicial da Previdência Social no Brasil, pois que, antes da sua publicação, já havia um sistema previdenciário baseado em complexos estudos atuariais.
- III. É possível que detenha a pessoa física condição de segurado obrigatório, mesmo que a prestação laboral se dê no exterior, quando a contratação tenha ocorrido no território nacional, ou em virtude de tratados ou acordos internacionais firmados pelo Brasil.
- IV. Entre o trabalhador em alvarenga (embarcação utilizada para carga e descarga de navios) e o ensacador de cacau não existe diferença de tratamento previdenciário, pois que são trabalhadores avulsos.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Estão corretas todas as assertivas.

09. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Atualmente, não há distinção entre homem e mulher para a condição de dependente, podendo o cônjuge-varão, em caso de morte da mulher, receber pensão, mesmo não sendo inválido.
- II. O vínculo de dependência econômica é sempre estabelecido com presunção juris tantum, admitindo prova inequívoca em contrário.
- III. Considerando-se que o critério de aposentadoria hodiernamente se faz por tempo de contribuição (e não por tempo de serviço), ainda que o trabalhador haja laborado na condição de empregado, impossível deferir-se-lhe benefício previdenciário se não constam no banco de dados da Previdência Social as prestações previdenciárias pertinentes.



Questões de Direito Previdenciário

IV. A expressão "seguridade social" abrange em sua semântica não apenas o seguro social propriamente dito, mas também a saúde e a assistência social.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

10. Sobre a relação previdenciária, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) filiação é o vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações;
- b) considera-se inscrição de segurado para os efeitos da previdência social o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social;
- c) presentes os pressupostos da filiação, admite-se a inscrição "post mortem" do segurado especial;
- d) para os segurados obrigatórios, a filiação à previdência social decorre da inscrição formalizada com o pagamento da primeira contribuição.
- e) a inscrição do segurado ao Regime Geral da Previdência não exige limite máximo de idade.

Gabarito: 01. B / 02. B / 03. A / 04. D / 05. A / 06. A / 07. C / 08. B / 09. C / 10. D

Notas: Questões de Direito Previdenciário, extraídas da prova para Juiz Federal Substituto da 4ª Região, selecionadas por Alinne Soares Guerra, advogada - Bauru/SP.

01. Sobre a relação previdenciária, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) filiação é o vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações;
- b) considera-se inscrição de segurado para os efeitos da previdência social o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social;
- c) presentes os pressupostos da filiação, admite-se a inscrição "post mortem" do segurado especial;
- d) para os segurados obrigatórios, a filiação à previdência social decorre da inscrição formalizada com o pagamento da primeira contribuição.
- e) a inscrição do segurado ao Regime Geral da Previdência não exige limite máximo de idade.

02. Sobre o crédito previdenciário reconhecido em demanda trabalhista, e de acordo com a legislação pertinente, aponte a alternativa CORRETA.

- a) a atualização do crédito devido à Previdência Social observará a aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), na qual já estão embutidos os juros;
- b) o acordo celebrado após a sentença, ainda que não transitada em julgado, não prejudicará os créditos da União;
- c) na demanda trabalhista, a apuração do crédito devido à previdência inclui, como salário de contribuição, os juros referentes a mora no pagamento dos direitos trabalhistas e as multas incluídas em acordo ou sentença;
- d) as contribuições devidas ao INSS, pagas em atraso, ficam sujeitas aos juros de 0,5% ao mês, a partir do ajuizamento da ação trabalhista e correção monetária desde a época em que exigível o crédito trabalhista;



Questões de Direito Previdenciário

e) a atualização do crédito devido à Previdência segue os mesmos parâmetros adotados para os créditos trabalhistas em geral, observando-se a TRD (Taxa Referencial Diária) acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e a de seu efetivo pagamento.

03. Sobre as contribuições previdenciárias, na demanda trabalhista, analise as proposições e responda:

I - de acordo com a Lei de custeio da Previdência Social, o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma legal, prescreve em 05(cinco) anos;

II - o Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União sobre a conta de liquidação, quando o valor total das verbas que integram o salário-de-contribuição ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico;

III - conforme entendimento dominante no STF, a contribuição previdenciária não tem natureza tributária, razão por que não é aplicável o Código Tributário nacional, com relação ao prazo prescricional;

IV - na Justiça do Trabalho, as contribuições previdenciárias, tanto a cota do empregado quanto a do empregador, devem ser calculadas mês a mês, aplicando-se as alíquotas legais, observado, em qualquer dos casos, o limite máximo do salário de contribuição.

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

04. Analise os seguintes benefícios previdenciários:

I - abono de permanência em serviço;

II - salário-família;

III - auxílio-acidente;

IV - salário-educação.

Sabendo-se que ao trabalhador doméstico é assegurada sua integração à previdência social, a ele será concedido os benefícios previstos nas opções:

- a) em nenhuma das opções;
- b) somente nas opções II e III;
- c) somente na opção II;
- d) somente na opção III;
- e) em todas as opções.

05. Determinado reclamado, produtor rural, pessoa física, celebra acordo com trabalhador perante a Justiça do Trabalho, no valor de R\$800,00, a título de remuneração. Reconhecem que a relação era de trabalho eventual, sem vínculo empregatício. Neste caso é CORRETO afirmar:

- a) é devida contribuição previdenciária, cota do produtor rural, pois este contribui sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho;
- b) é devida contribuição previdenciária, cota do produtor rural, pois este contribui sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços;



Questões de Direito Previdenciário

- c) não há incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração que foi paga pelo produtor rural ao trabalhador, por meio do acordo judicial;
- d) é devida, pelo produtor rural, a contribuição previdenciária, cota trabalhador, pois o desconto da contribuição e da consignação legalmente determinado sempre se presumirá feito, oportuna e regularmente, pelo tomador da mão-de-obra;
- e) serão exigíveis ex-officio as contribuições sociais devidas em decorrência da homologação de acordo, inclusive sobre os remunerações pagas durante o período contratual reconhecido, ainda que não tenham sido objeto do acordo.

06. De acordo com o regulamento da previdência, NÃO integra o salário de contribuição do empregado:

- a) o acréscimo constitucional de um terço sobre férias;
- b) as diárias para viagem de qualquer valor;
- c) o salário-maternidade;
- d) a remuneração do aviso prévio trabalhado ou indenizado;
- e) as férias vencidas e proporcionais (não gozadas), pagas na rescisão contratual, bem como o respectivo adicional constitucional (1/3).

07. Sobre o salário-família é CORRETO afirmar:

- a) o salário-família é devido ao segurado empregado, inclusive o doméstico;
- b) salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, exceto ao doméstico, após decorrido o período de carência fixado em lei;
- c) o salário-família é calculado com base no salário-de-benefício;
- d) salário-família do trabalhador avulso depende do número de dias trabalhados no mês, devendo o seu pagamento ser proporcional aos dias trabalhados;
- e) quando o pai e a mãe são segurados empregados ou trabalhadores avulsos, ambos têm direito ao salário-família.

08. Determinado empregado, não doméstico, mantinha dois vínculos de emprego distintos e ficou definitivamente incapacitado para as atividades de um deles, por motivo de doença comum, sujeita ao período de carência. Neste caso é CORRETO afirmar:

- a) desde que cumprida a carência, o auxílio-doença será concedido em relação à atividade para a qual o segurado estiver incapacitado, considerando-se para efeito de carência as contribuições relativas a qualquer das atividades, valendo para este efeito as que efetivadas primeiro;
- b) desde que cumprida a carência e constatada a incapacidade definitiva, o auxílio-doença poderá ser transformado em aposentadoria por invalidez, em relação ao vínculo para o qual estiver incapacitado;
- c) o período de carência do auxílio-doença é contado a partir da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, mesmo que os recolhimentos das contribuições previdenciárias não tenham sido feitos;
- d) o período de carência do auxílio-doença é contado da data do efetivo recolhimento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para esse fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores;
- e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

09. De acordo com o Regime Geral de Previdência Social, a pensão por morte do segurado, devida ao cônjuge ou companheiro supérstite:



Questões de Direito Previdenciário

- a) cessa o pagamento do benefício em relação ao cônjuge ou convivente que contrair núpcias ou constituir nova união estável;
- b) não cessa o pagamento do benefício em relação ao cônjuge ou convivente que contrair núpcias ou constituir nova união estável, sendo permitido o recebimento de mais de uma pensão deixada por cônjuge/companheiro;
- c) cessa o pagamento do benefício sempre que o pensionista tornar-se economicamente independente;
- d) cessa o pagamento do benefício apenas pela morte do pensionista;
- e) cessa o pagamento do benefício em relação ao cônjuge ou convivente que contrair núpcias, constituir nova união estável ou falecer, não sendo possível, o recebimento conjunto da pensão com qualquer outro benefício previdenciário.

10. De acordo com a legislação previdenciária, considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho:

- I - a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual;
- II - a data do início da incapacidade laborativa ou, se for o caso, dia da segregação compulsória;
- III - o dia em que for realizado o diagnóstico;
- IV - o dia em que emitida a Comunicação do Acidente de Trabalho (CAT).

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

11. Conforme legislação previdenciária depende sempre de carência o pagamento do benefício:

- a) auxílio-doença.
- b) pensão por morte.
- c) auxílio-reclusão.
- d) auxílio-acidente.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

12. São contribuições que têm percentuais destinados ao custeio da Seguridade Social:

- a) CPMF, concurso de prognóstico específico sobre o resultado de sorteio de números ou símbolos;
- b) SENAR, receita de concursos de prognósticos;
- c) COFINS, salário-educação;
- d) sobre o lucro, SESCOOP;
- e) não respondida.

13. O Supremo Tribunal Federal, em vários julgados recentes, já entendeu que o prazo de prescrição da contribuição previdenciária é de:

- a) 5 anos;
- b) 10 anos;
- c) 20 anos;
- d) 30 anos;



Questões de Direito Previdenciário

e) não respondida.

14. O auxílio-acidente atualmente tem natureza:

- a) complementar;
- b) suplementar;
- c) indenizatória;
- d) salarial;
- e) não respondida.

Gabarito: 01. D / 02. A / 03. D / 04. A / 05. C / 06. E / 07. E / 08. C / 09. D / 10. B / 11. E / 12. A / 13. A / 14. C

Notas: Questões de Direito Previdenciário, extraídas das provas do Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região/MT e do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Geral, selecionadas por Alinne Soares Guerra, advogada - Bauru/SP.

01. A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Será financiada também por contribuições sociais, mas não pela contribuição:

- a) do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
- b) sobre a receita ou o faturamento, relativo a operações de comércio interno, do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.
- c) sobre o lucro do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, independentemente de ser sujeito também pelo imposto de renda.
- d) do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar, independentemente da incidência do imposto de importação que no caso couber.
- e) sobre os proventos de aposentadoria ou pensão concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social ao trabalhador ou demais segurados submetidos a tal regime.

02. Não está previsto, em caso algum, como segurado-empregado obrigatório da Previdência Social do Brasil:

- a) o trabalhador contratado no exterior para trabalhar no Brasil em empresa constituída e funcionando em território nacional segundo as leis brasileiras com salário estipulado em moeda estrangeira.
- b) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado no exterior, em sucursal ou em agência de empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País.
- c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, com maioria de capital votante pertencente a empresa constituída sob as leis brasileiras, que tenha sede e administração no País e cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no Brasil.



Questões de Direito Previdenciário

d) o estrangeiro que presta serviços no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira, ainda que sem residência permanente no Brasil, e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou da repartição consular.

e) o menor aprendiz, com idade de quatorze a dezoito anos, ainda que sujeito à formação técnico-profissional metódica, sob a orientação de entidade qualificada, nos termos da lei.

03. Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (V) ou (F), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência.

() A contribuição da União para a Seguridade Social é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal.

() Os recursos adicionais do Orçamento Fiscal para a Seguridade Social serão fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.

() A União é responsável pela cobertura de insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social.

a) V V V

b) F F F

c) F V V

d) V V F

e) F F V

04. Segundo a consolidação administrativa das normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Previdenciária - SRP, deve contribuir obrigatoriamente na qualidade de "segurado-empregado":

() o diretor empregado que seja promovido para cargo de direção de sociedade anônima, mantendo as características inerentes à relação de trabalho?

() o trabalhador contratado em tempo certo, por empresa de trabalho temporário?

() aquele que presta serviços de natureza contínua, mediante remuneração, à pessoa, à família ou à entidade familiar, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos?

a) Sim, sim, sim

b) Sim, não, não

c) Sim, não, sim

d) Sim, sim, não

e) Não, não, não

05. Preencha as lacunas com as palavras que lhe parecerem adequadas e escolha a opção que as contenha. ____ da obrigação previdenciária é _____. Como regra geral, quando a remuneração do segurado empregado, inclusive do trabalhador avulso, for ____ durante o mês, o salário de contribuição será a remuneração efetivamente paga, devida ou a ele creditada.

a) Fato gerador - o salário de contribuição - reduzido ou majorado

b) Base de cálculo - o limite mínimo e máximo do salário de contribuição - por causa das horas extras, maior que o normalmente pago.

c) salário de contribuição - o valor que serve de base para os benefícios - variável



Questões de Direito Previdenciário

- d) Base de cálculo - salário de contribuição - proporcional ao número de dias trabalhados
- e) Alíquota - específica ou ad valorem - uniforme

06. Assinale abaixo o item que contenha uma informação errônea, sobre a obrigação acessória da empresa relativamente à Previdência Social. É obrigação da empresa

- a) inscrever, no Regime Geral de Previdência Social, os segurados empregados, mas não os trabalhadores avulsos a seu serviço.
- b) inscrever, quando pessoa jurídica, como contribuintes individuais no Regime Geral de Previdência Social, mas só a partir de 1º de abril de 2003, as pessoas físicas contratadas sem vínculo empregatício.
- c) elaborar folha de pagamento mensal da remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, de forma coletiva por estabelecimento, mas deverá fazê-lo por obra de construção civil e por tomador de serviços, com a correspondente totalização e resumo geral.
- d) lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições sociais a cargo da empresa.
- e) fornecer ao contribuinte individual que lhes presta serviços, comprovante do pagamento de remuneração.

07. Deverão ser recolhidas até o dia dois do mês seguinte ao da ocorrência do seu fato gerador, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia do vencimento, as contribuições:

- a) incidentes sobre a receita bruta decorrente de qualquer forma de patrocínio, de licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade, de propaganda e transmissão de espetáculos desportivos, devida pela associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional.
- b) do segurado empregado doméstico.
- c) descontadas da remuneração paga, devida ou creditada, aos segurados empregados.
- d) do empregador doméstico. e) do condutor autônomo de veículo rodoviário, inclusive o taxista, para o Serviço Social do Transporte - SEST.

08. Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (V) ou (F), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência.

- () Para fatos geradores a partir de janeiro de 1995 não há atualização monetária.
- () Para fatos geradores ocorridos a partir de janeiro de 1995 serão aplicados como juros de mora um por cento no mês de vencimento e um por cento no mês de pagamento, fora a taxa própria para os meses intermediários.
- () A taxa de juros aplicada às contribuições sociais não recolhidas em época própria não poderá ser inferior a um por cento ao mês ou fração.

- a) V V V
- b) F F F
- c) F V V
- d) V V F
- e) F F V



Questões de Direito Previdenciário

09. Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (V) ou (F), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência.

() O segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração, que deixar de contribuir perde automaticamente a qualidade de segurado, para fins de receber benefícios.

() O irmão não emancipado, menor de 21 anos, válido para o trabalho, alista-se entre os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado.

() Se o cônjuge que se divorcia abre mão dos alimentos, processa-se o cancelamento da inscrição de dependente, para fins de benefícios previdenciários.

a) V V V

b) F F F

c) F V V

d) V V F

e) F F V

10. Segundo a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991,

a) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, devidamente constituídos, prescreve em dez anos.

b) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, devidamente constituídos, decai em cinco anos.

c) o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após trinta anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.

d) o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após três anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

e) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma da lei e devidamente notificados ao sujeito passivo, prescreve em cinco anos contados da data do fato gerador.

11. A seguinte prestação (benefício) somente é concedida aos dependentes, não ao segurado:

a) salário-família

b) auxílio-reclusão

c) salário-maternidade

d) auxílio-acidente

e) aposentadoria por invalidez

12. De acordo com os princípios constitucionais da Seguridade Social, é incorreta a seguinte opção:

a) não incidirá contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral da Previdência Social de que trata o art. 201 da CF/88.

b) poderá ser instituída contribuição social do trabalhador sobre o lucro e o faturamento.

c) podem ter alíquotas diferenciadas as contribuições sociais da empresa.

d) os entes federados descentralizados têm seu orçamento da Seguridade Social distinto do orçamento da União.



Questões de Direito Previdenciário

e) a transferência de recursos para o Sistema Único de Saúde terá seus critérios definidos em lei.

13. De acordo com a Constituição Federal/88, as instituições poderão participar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, podendo elas participar de forma:

- a) alternativa.
- b) supletiva.
- c) complementar.
- d) contributiva.
- e) suspensiva.

14. A Constituição Federal, no seu art. 194, parágrafo único, elenca os objetivos da Seguridade Social. Entre os quais, está correto:

- a) a diversidade de atendimento.
- b) a equidade na forma de participação no custeio.
- c) a redutibilidade do valor dos benefícios.
- d) a universalidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- e) a unicidade da base de financiamento.

15. Nos termos da CF/88, no seu art. 194, parágrafo único, inciso VII, a gestão da Seguridade Social ocorre de forma:

- a) descentralizada, monocrática e quadripartite.
- b) centralizada, monocrática e quadripartite.
- c) centralizada, colegiada e quadripartite.
- d) descentralizada, colegiada e tripartite.
- e) descentralizada, democrática e quadripartite

Gabarito: 01 - E / 02 - D / 03 - A / 04 - D / 05 - D / 06 - A / 07 - C / 08 - A / 09 - C / 10 - A / 11 - B / 12 - B / 13 - C / 14 - B / 15 - E

Notas: Questões de Direito Previdenciário, extraídas do concurso para Técnico da Receita Federal - Área Tributária e Aduaneira, selecionadas por Alinne Soares Guerra, advogada - Bauru/SP.

01. A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Será financiada também por contribuições sociais, mas não pela contribuição:

- a) do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.



Questões de Direito Previdenciário

- b) sobre a receita ou o faturamento, relativo a operações de comércio interno, do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.
- c) sobre o lucro do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, independentemente de ser sujeito também pelo imposto de renda.
- d) do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar, independentemente da incidência do imposto de importação que no caso couber.
- e) sobre os proventos de aposentadoria ou pensão concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social ao trabalhador ou demais segurados submetidos a tal regime.

02. Não está previsto, em caso algum, como segurado-empregado obrigatório da Previdência Social do Brasil:

- a) o trabalhador contratado no exterior para trabalhar no Brasil em empresa constituída e funcionando em território nacional segundo as leis brasileiras com salário estipulado em moeda estrangeira.
- b) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado no exterior, em sucursal ou em agência de empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País.
- c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, com maioria de capital votante pertencente a empresa constituída sob as leis brasileiras, que tenha sede e administração no País e cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no Brasil.
- d) o estrangeiro que presta serviços no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira, ainda que sem residência permanente no Brasil, e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou da repartição consular.
- e) o menor aprendiz, com idade de quatorze a dezoito anos, ainda que sujeito à formação técnico-profissional metódica, sob a orientação de entidade qualificada, nos termos da lei.

03. Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (V) ou (F), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência.

- () A contribuição da União para a Seguridade Social é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal.
- () Os recursos adicionais do Orçamento Fiscal para a Seguridade Social serão fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.
- () A União é responsável pela cobertura de insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social.

- a) V V V
- b) F F F
- c) F V V
- d) V V F
- e) F F V

04. Segundo a consolidação administrativa das normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Previdenciária - SRP, deve contribuir obrigatoriamente na qualidade de "segurado-empregado":

- () o diretor empregado que seja promovido para cargo de direção de sociedade anônima, mantendo as características inerentes à relação de trabalho?



Questões de Direito Previdenciário

() o trabalhador contratado em tempo certo, por empresa de trabalho temporário?
() aquele que presta serviços de natureza contínua, mediante remuneração, à pessoa, à família ou à entidade familiar, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos?

- a) Sim, sim, sim
- b) Sim, não, não
- c) Sim, não, sim
- d) Sim, sim, não
- e) Não, não, não

05. Preencha as lacunas com as palavras que lhe parecerem adequadas e escolha a opção que as contenha. _____ da obrigação previdenciária é _____. Como regra geral, quando a remuneração do segurado empregado, inclusive do trabalhador avulso, for ____ durante o mês, o salário de contribuição será a remuneração _____ efetivamente paga, _____ devida ou a ele creditada.

- a) Fato gerador - o salário de contribuição - reduzido ou majorado
- b) Base de cálculo - o limite mínimo e máximo do salário de contribuição - por causa das horas extras, maior que o normalmente pago;
- c) salário de contribuição - o valor que serve de base para os benefícios - variável
- d) Base de cálculo - salário de contribuição - proporcional ao número de dias trabalhados
- e) Alíquota - específica ou ad valorem - uniforme

06. Assinale abaixo o item que contenha uma informação errônea, sobre a obrigação acessória da empresa relativamente à Previdência Social. É obrigação da empresa:

- a) inscrever, no Regime Geral de Previdência Social, os segurados empregados, mas não os trabalhadores avulsos a seu serviço.
- b) inscrever, quando pessoa jurídica, como contribuintes individuais no Regime Geral de Previdência Social, mas só a partir de 1º de abril de 2003, as pessoas físicas contratadas sem vínculo empregatício.
- c) elaborar folha de pagamento mensal da remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, de forma coletiva por estabelecimento, mas deverá fazê-lo por obra de construção civil e por tomador de serviços, com a correspondente totalização e resumo geral.
- d) lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições sociais a cargo da empresa.
- e) fornecer ao contribuinte individual que lhes presta serviços, comprovante do pagamento de remuneração.

07. Deverão ser recolhidas até o dia dois do mês seguinte ao da ocorrência do seu fato gerador, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia do vencimento, as contribuições:

- a) incidentes sobre a receita bruta decorrente de qualquer forma de patrocínio, de licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade, de propaganda e transmissão de espetáculos desportivos, devida pela associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional.
- b) do segurado empregado doméstico.
- c) descontadas da remuneração paga, devida ou creditada, aos segurados empregados.
- d) do empregador doméstico.
- e) do condutor autônomo de veículo rodoviário, inclusive o taxista, para o Serviço Social do Transporte - SEST.



Questões de Direito Previdenciário

08. Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (V) ou (F), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência.

- () Para fatos geradores a partir de janeiro de 1995 não há atualização monetária.
- () Para fatos geradores ocorridos a partir de janeiro de 1995 serão aplicados como juros de mora um por cento no mês de vencimento e um por cento no mês de pagamento, fora a taxa própria para os meses intermediários.
- () A taxa de juros aplicada às contribuições sociais não recolhidas em época própria não poderá ser inferior a um por cento ao mês ou fração.

- a) V V V
- b) F F F
- c) F V V
- d) V V F
- e) F F V

09. Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (V) ou (F), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência.

- () O segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração, que deixar de contribuir perde automaticamente a qualidade de segurado, para fins de receber benefícios.
- () O irmão não emancipado, menor de 21 anos, válido para o trabalho, alista-se entre os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado.
- () Se o cônjuge que se divorcia abre mão dos alimentos, processa-se o cancelamento da inscrição de dependente, para fins de benefícios previdenciários.

- a) V V V
- b) F F F
- c) F V V
- d) V V F
- e) F F V

10. Segundo a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991,

- a) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, devidamente constituídos, prescreve em dez anos.
- b) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, devidamente constituídos, decai em cinco anos.
- c) o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após trinta anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.
- d) o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após três anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.
- e) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma da lei e devidamente notificados ao sujeito passivo, prescreve em cinco anos contados da data do fato gerador.

11. A seguinte prestação (benefício) somente é concedida aos dependentes, não ao segurado:

- a) salário-família
- b) auxílio-reclusão



Questões de Direito Previdenciário

- c) salário-maternidade
- d) auxílio-acidente
- e) aposentadoria por invalidez

12. De acordo com os princípios constitucionais da Seguridade Social, é incorreta a seguinte opção:

- a) não incidirá contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral da Previdência Social de que trata o art. 201 da CF/88.
- b) poderá ser instituída contribuição social do trabalhador sobre o lucro e o faturamento.
- c) podem ter alíquotas diferenciadas as contribuições sociais da empresa.
- d) os entes federados descentralizados têm seu orçamento da Seguridade Social distinto do orçamento da União.
- e) a transferência de recursos para o Sistema Único de Saúde terá seus critérios definidos em lei.

13. De acordo com a Constituição Federal/88, as instituições poderão participar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, podendo elas participar de forma:

- a) alternativa.
- b) supletiva.
- c) complementar.
- d) contributiva.
- e) suspensiva.

14. A Constituição Federal, no seu art. 194, parágrafo único, elenca os objetivos da Seguridade Social. Entre os quais, está correto:

- a) a diversidade de atendimento.
- b) a equidade na forma de participação no custeio.
- c) a redutibilidade do valor dos benefícios.
- d) a universalidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- e) a unicidade da base de financiamento.

15. Nos termos da CF/88, no seu art. 194, parágrafo único, inciso VII, a gestão da Seguridade Social ocorre de forma:

- a) descentralizada, monocrática e quadripartite.
- b) centralizada, monocrática e quadripartite.
- c) centralizada, colegiada e quadripartite.
- d) descentralizada, colegiada e tripartite.
- e) descentralizada, democrática e quadripartite.

Gabarito: 01. E - 02. D - 03. A - 04. D - 05. D - 06. A - 07. C - 08. A - 09. C - 10. A - 11. B - 12. B - 13. C - 14. B - 15. E

Notas: Questões de Direito Previdenciário, extraídas das provas de Técnico da Receita Federal, selecionadas por Alinne Soares Guerra, advogada - Bauru/SP.



Questões de Direito Previdenciário

01. A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção. Assim, o Regime Geral de Previdência Social garante a cobertura de todas as situações que a Lei nº 8.213/91 aponta, exceto, por ser objeto de legislação específica a de:

- a) pensão por morte;
- b) desemprego involuntário;
- c) auxílio-reclusão;
- d) auxílio-doença.

02. O trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente fará jus à aposentadoria por tempo de serviço se provar que:

- a) recolheu contribuições facultativas;
- b) tem tempo de serviço, passado por certidão do INSS;
- c) trabalhou, comprovadamente, em regime de economia familiar;
- d) sua produção está escriturada e à disposição do INSS.

03. Consideram-se prestações previdenciárias, devidas aos segurados e seus dependentes:

- a) auxílio-doença e aposentadoria por tempo de contribuição;
- b) salário-família, auxílio reclusão e aposentadoria por invalidez;
- c) auxílio-acidente, pecúlio e seguro-maternidade;
- d) abono permanência, auxílio-natalidade e aposentadoria.

04. São parcelas que integram o cálculo de salário-de-contribuição, para fins previdenciários:

- a) diárias para viagens, 13º salário e abono de férias;
- b) vale-transporte, férias e horas-extras;
- c) adicional de insalubridade, gorjetas e indenização de férias;
- d) salário-maternidade, comissões e aviso prévio trabalhado.

05. Fazem jus ao auxílio-acidente, como indenização (quando após a consolidação das lesões decorrentes do acidente, resultaram seqüelas que, impliquem, por exemplo, em redução da capacidade de trabalho que habitualmente exerciam):

- a) somente os empregados segurados que comprovem carência;
- b) o segurado empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial;
- c) os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos, com 24 meses, pelo menos, de contribuição;
- d) os segurados que não acumulem o benefício em tela com qualquer aposentadoria.

06. A aposentadoria por invalidez exige:

- a) carência de 12 contribuições mensais, salvo nos casos de acidentes ou quando o segurado for acometido por moléstias graves, definidas como tal na Lei nº 8.213/91;



Questões de Direito Previdenciário

- b) prova de incapacidade, ainda que parcial, salvo se o segurado for portador de doença preexistente à filiação previdenciária;
- c) carência de 24 contribuições mensais e prova de afastamento do trabalho por mais de seis meses;
- d) que o segurado não acumule com outro benefício, salvo auxílio-doença.

07. A lei que instituir nova contribuição previdenciária entra em vigor:

- a) 180 dias após sua publicação;
- b) 90 dias após sua publicação;
- c) 60 dias após sua publicação;
- d) 120 dias após sua publicação;

08. O direito à pensão especial de seringueiros, conhecidos como soldados da borracha, estreou no ordenamento positivo com a:

- a) Constituição de 1967;
- b) Constituição de 1946;
- c) Constituição de 1988;
- d) Constituição de 1969 (EC nº 1/69).

09. Incidem sobre o faturamento, para os fins de contribuições da seguridade social:

- a) Contribuição para o Programa de Integração Social-PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS;
- b) Salário-educação e Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira-CPMF;
- c) Contribuição para o Programa de Integração Social-PIS e salário educação;
- d) Contribuição para o Programa de Integração Social-PIS e Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira-CPMF.

10. A legislação previdenciária criou três classes de dependentes, dentre elas, na classe I:

- a) pais e outros ascendentes, se inválidos;
- b) irmãos, enteados ou outro agregado;
- c) cônjuge, companheiro(a), filho menor de 21 anos (ou não emancipado) ou inválido;
- d) pais ou mãe, filha viúva, filho estudante ou tutelado ou enteado (estes até 25 anos).

11. Um particular, em co-autoria com servidor do INSS (valendo-se dessa condição), promoveu, fraudulentamente, habilitação de trinta pessoas a benefício previdenciário, efetivamente recebido durante alguns meses:

- a) se conhecida por todos a participação e a condição do servidor público, houve, em tese, crime de peculato tanto pelos agentes que promoveram a fraude quanto pelos beneficiários;
- b) houve, em tese, crime de estelionato por todos os agentes, pelo critério da especialidade, uma vez que o meio fraudulento é elemento específico desse crime, não estando presente no peculato;



Questões de Direito Previdenciário

- c) houve, em tese, crime de peculato tanto pelos agentes que promoveram a fraude quanto pelos beneficiários, independentemente do conhecimento que estes tivessem da participação e da qualidade do servidor público, uma vez que sabiam tratar-se da apropriação indevida de dinheiro público;
- d) houve, em tese, crime de estelionato pelo particular que promoveu a fraude e pelos beneficiários, sendo de peculato apenas o crime praticado pelo servidor público, pois, sendo pessoal e não elemento objetivo do crime de peculato, não se comunica aos demais a condição de servidor público.

12. No caso anterior, supondo-se que ao final de regular processo haja a condenação de todos os acusados, no momento de fixar a pena o Juiz Federal:

- a) levará especialmente em conta, em relação ao servidor do INSS, a qualidade de servidor público, ao avaliar os aspectos previstos no art. 59 e no art. 61, g, do Código Penal;
- b) não considerará, em relação ao servidor do INSS, a qualidade de servidor público, ao avaliar os aspectos previstos no art. 59, mas a levará em conta para efeito da circunstância prevista no art. 61, g, do Código Penal;
- c) não dará atenção específica, em relação ao servidor do INSS, à qualidade de servidor público, em qualquer desses momentos, pois já a considerou como elementar para a tipificação do crime;
- d) levará em conta, em relação ao servidor do INSS, a qualidade de servidor público, para efeito de condená-lo à pena de perda de função pública.

13. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Segundo jurisprudência pacificada, não pode ser computado tempo de trabalho prestado em idade inferior aos 16 (dezesesseis) anos de idade.
- II. É admitida jurisprudencialmente como início de prova material a qualificação, como agricultor, em certidões e documentos expedidos em nome de integrantes do grupo familiar.
- III. A exigência de início de prova material para contagem de tempo de serviço não admite exceções, seja por lei, seja pela jurisprudência dos tribunais superiores.
- IV. Os benefícios previdenciários de valor mínimo são concedidos ao segurado especial rural independentemente do pagamento de contribuições previdenciárias relativas ao período ou da correspondente indenização.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

14. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A contagem do tempo de serviço é regida pela legislação vigente à época do requerimento de aposentação.
- II. O servidor público ex-celetista faz jus à contagem do tempo de serviço prestado em condições perigosas e insalubres, na forma da legislação vigente à época da prestação do trabalho.
- III. As atividades profissionais constantes de rol legal permitem seja o trabalho considerado especial, independentemente da data em que realizado.
- IV. Tratando-se de norma geradora de despesas, a delimitação dos agentes nocivos é taxativa, não admitindo verificação em concreto de novos agentes prejudiciais à saúde.

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.



Questões de Direito Previdenciário

d) Todas as assertivas estão corretas.

15. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. A implementação das condições exigidas em lei para a concessão de benefício previdenciário não impede seu exercício quando formulado o requerimento após perda a condição de segurado.

II. A entrega pelo empregador dos equipamentos de proteção individual não afasta a possibilidade de reconhecimento da especialidade do labor, a menos que exista prova específica de neutralização do risco e de que o empregado usava o equipamento durante toda a jornada de trabalho.

III. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é possível o reconhecimento de atividade especial prestada após 28/05/1998.

IV. Com fundamento em prova documental exigida por lei, possível é o reconhecimento da atividade especial na via do mandado de segurança.

a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.

c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

d) Todas as assertivas estão corretas.

16. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. A aposentadoria por idade do trabalhador urbano condiciona-se a dois únicos requisitos: idade mínima e carência, ainda que preenchidos em diferentes momentos no tempo.

II. Possível é a cumulação de pensão e aposentadoria rural por idade.

III. A aposentadoria por idade do professor é devida cinco anos antes da idade legalmente prevista para o trabalhador urbano.

IV. Vindo o segurado urbano a completar a idade legal (65 anos para o homem e 60 anos para a mulher), mesmo quando já perdida a condição de segurado, poderá pleitear a aposentadoria por idade se comprovar o número mínimo de contribuições exigido por lei.

a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.

b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

d) Todas as assertivas estão corretas.

17. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. O período gozado de auxílio-doença não gera a perda da condição de segurado, mas tampouco é computado como tempo de serviço.

II. O auxílio-doença é benefício devido em casos de incapacidade temporária, parcial ou total, e em caso de permanente incapacidade parcial.

III. A aposentadoria por invalidez é benefício pertinente à incapacidade laboral total e permanente, verificadas inclusive as condições pessoais do segurado para o exercício de novo trabalho.

IV. A preexistência de doença à filiação ao Regime Geral de Previdência Social não interfere na concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, pela aplicação do princípio da solidariedade que impera no Direito Previdenciário.

a) Está correta apenas a assertiva II.



Questões de Direito Previdenciário

- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

18. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa ou auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço, nas mesmas condições da pensão por morte.
- II. Admite o Superior Tribunal de Justiça a pensão para ex-esposa quando prove dos alimentos necessitar, ainda que por ocasião do divórcio os tenha dispensado.
- III. Aplicam-se de imediato as novas legislações que regulam a quota familiar de pensão, quando elevem o quantum dos novos benefícios em igual situação.
- IV. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação de reajuste, revisão de cálculo e restabelecimento de benefício decorrente de acidente do trabalho, em virtude do objeto da causa manter a natureza acidentária.

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

19. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A constitucional preservação do valor real dos benefícios previdenciários garante a plena reposição inflacionária nas datas-base de reajustamento.
- II. O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevivência e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo a fórmula legal.
- III. A constância da relação entre a quantidade de salários mínimos e o valor dos benefícios deve ser observada de abril de 1989 até 09 de dezembro de 1991, época em que o Supremo Tribunal Federal teve como implementado o Plano de Custeio de Benefícios da Previdência Social.
- IV. São considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, inclusive o décimo-terceiro salário (gratificação natalina).

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

20. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Pode o segurado residente no interior ajuizar ação previdenciária na Comarca Estadual ou na Vara Federal de seu município, mas não junto às Varas Federais da capital do estado-membro de seu domicílio.
- II. Em matéria previdenciária, aplica-se a vedação legal (Lei nº 9.494/97) quanto à concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública.
- III. No entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o limite de sessenta salários mínimos para estabelecer a competência do Juizado Especial Federal deve levar em consideração a somatória das parcelas vencidas e vincendas.



Questões de Direito Previdenciário

IV. Em ações de natureza previdenciária, os honorários advocatícios incidem sobre o valor da condenação, nesta compreendidas as parcelas vencidas até a prolação da sentença.

- a) Está correta apenas a assertiva IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

21. Assinalar a alternativa correta. Mário, que não possui familiares conhecidos, ingressa em 2004 com ação ordinária pleiteando a concessão de aposentadoria por invalidez, pois se encontra impossibilitado de desenvolver sua atividade profissional (pedreiro) e não tem condições de aprender novo ofício; está com artrose lombar degenerativa, em grau avançado, e tem setenta anos de idade; tendo sempre trabalhado como autônomo, mas jamais recolhendo contribuições previdenciárias.

- a) Mário tem direito à postulada aposentadoria por invalidez.
- b) Mário tem direito ao benefício assistencial.
- c) Mário teria direito ao benefício assistencial, mas como a lide previdenciária está limitada pelo pedido expresso de aposentadoria por invalidez, nenhum benefício receberá.
- d) Mário tem direito à renda mensal vitalícia.

Gabarito: 01. B - 02. A - 03. B - 04. D - 05. B - 06. A - 07. B - 08. C - 09. A - 10. C - 11. A - 12. C - 13. B - 14. A - 15. D - 16. C - 17. B - 18. D - 19. B - 20. C - 21. B

Notas: Questões de Direito Previdenciário, extraídas das provas para ingresso na Magistratura Federal, selecionadas por Alinne Soares Guerra, advogada - Bauru/SP.

1. Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários, segundo entendimento sumular do STJ, incidem:

- a) a partir da data de propositura da correspondente ação;
- b) a partir da citação válida;
- c) a partir do trânsito em julgado da decisão;
- d) a partir da juntada aos autos do mandado de citação, devidamente cumprido;
- e) a partir da data de distribuição da ação.

2. Analise as seguintes alternativas, de acordo com a lei instituidora do plano de benefícios da previdência social, identificando a única correta:

- a) é presumida a dependência econômica do cônjuge, do companheiro ou companheira, e do filho não emancipado de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido;
- b) é presumida a dependência econômica do cônjuge, do companheiro ou companheira, e do filho não emancipado de qualquer condição, menor de 24 (vinte e quatro) anos, enquanto universitário, ou inválido;
- c) a dependência econômica dos pais deve ser comprovada;
- d) é presumida a dependência econômica do irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;
- e) no caso da mãe, a presunção de dependência econômica é verificada quando viúva, e enquanto durar a viuvez.



Questões de Direito Previdenciário

3. Quanto às prestações previdenciárias relativas a acidente de trabalho é correto afirmar:

- a) são devidas ao empregado doméstico;
- b) não são devidas ao médico-residente;
- c) o segurado que sofre acidente de trabalho tem garantido, pelo prazo máximo de 12 meses, a manutenção do seu contrato de trabalho, após a cessação do respectivo auxílio-doença e independentemente de percepção de auxílio-acidente;
- d) não são devidas ao segurado especial;
- e) o recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto de aposentadoria, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

4. Constitui princípio aplicável especificamente à previdência social:

- a) amparo às crianças e adolescentes carentes;
- b) autonomia da vontade;
- c) participação da iniciativa privada em caráter concorrente;
- d) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;
- e) acesso universal igualitário.

5. É exigível comprovação do período de carência para concessão de:

- a) aposentadoria por tempo de contribuição a segurado especial;
- b) aposentadoria por invalidez a contribuinte individual acometido de AIDS;
- c) salário-maternidade a empregada, exceto a doméstica;
- d) pensão por morte ou auxílio-reclusão aos dependentes;
- e) auxílio-acidente decorrente de incapacidade extralaborativa.

6. Em se tratando de Contribuições, analise as seguintes alternativas, assinalando apenas a correta:

- a) a contribuição social dos segurados empregados, excetuando-se os domésticos e o trabalhador avulso, é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota, de forma não-cumulativa, sobre o seu salário de contribuição;
- b) a contribuição devida em razão do trabalho doméstico é inteiramente suportada pelo empregador;
- c) a omissão da empresa nos descontos previdenciários a que for obrigada por lei transfere, automaticamente, a responsabilidade respectiva aos segurados;
- d) a renda líquida dos concursos de prognósticos constitui receita da seguridade social, inclusive envolvendo os valores destinados ao programa de crédito educativo;
- e) a contribuição da União é constituída de recursos adicionais do orçamento fiscal, fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.

7. Integram o salário-de-contribuição do empregado:

- a) os ganhos habituais e os ganhos eventuais;
- b) a totalidade dos abonos e diárias, bem como as cotas do salário-família;
- c) o salário-maternidade, observado o limite máximo de contribuição;
- d) a importância recebida a título de incentivo à demissão;



Questões de Direito Previdenciário

e) o valor relativo ao reembolso de despesas com creche.

8. A observância do princípio da equidade e da regra contrapartida no custeio exige que:

- a) todas as prestações da assistência social sejam financiadas pelas contribuições sociais cobradas de trabalhadores e empregadores;
- b) as empresas contribuam conforme o risco gerado pela atividade econômica e os valores arrecadados se destinem ao pagamento das prestações;
- c) a cada um dos três setores da seguridade social corresponda plano de custeio específico;
- d) ao incremento da arrecadação corresponda, automaticamente, a redução das contribuições;
- e) a receita de contribuições seja destinada, com exclusividade, ao financiamento dos benefícios da previdência social.

9. Sobre a temática do tempo de serviço, é correto afirmar que:

- a) sua comprovação não pode ser feita, na via administrativa, quando relativa a período anterior à perda da qualidade de segurado;
- b) é desnecessária sua comprovação pelo trabalhador autônomo, que pode simplesmente declarar e recolher as contribuições respectivas, independentemente de prova da atividade;
- c) segundo a lei previdenciária, basta a prova exclusivamente testemunhal, desde que relativa a atividade rural assemelhada, esta quando prestada em regime de economia familiar;
- d) pode apenas ser comprovado mediante anotações lançadas em Carteira de Trabalho e Previdência Social, quando relativo a atividades rurais prestadas após 5 de outubro de 1988;
- e) a lei previdenciária admite comprovação, em casos excepcionais, independentemente de início de prova material, mesmo em relação a atividades urbanas.

10. Assinale a única alternativa incorreta:

- a) a assistência social será devida ao pobre, mediante recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e ao portador de deficiência cuja subsistência não possa ser provida por si ou pelos respectivos familiares;
- b) o entendimento sumular do STF, em matéria de prescrição da ação de acidente do trabalho, é o de que se conta do exame pericial que comprovar a enfermidade ou verificar a natureza da incapacidade;
- c) o auxílio-funeral é um benefício que faz parte do regime geral de previdência social;
- d) segundo enunciado do Tribunal Superior do Trabalho, o salário-família é devido aos trabalhadores rurais somente após a vigência da lei que instituiu o plano de benefícios da previdência social;
- e) numa situação hipotética, uma pessoa filiada obrigatória na qualidade de empregada, que sofrera ferimentos, em virtude de um acidente automobilístico, que lhe fizeram permanecer internada durante 30 dias e mantiveram-na outros 60 dias afastada de seu emprego, não teria direito a receber auxílio-acidente, após consolidação das lesões decorrentes do referido acidente, restando seqüelas irreversíveis que implicassem redução da sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, adicionalmente, antes do término do auxílio-doença relacionado às lesões causadas pelo referido acidente, mesmo que ficasse comprovada, por perícia médica, a irreversibilidade das seqüelas e sua interferência na capacidade para o trabalho.

11. A propósito dos beneficiários do regime geral de previdência social as seguintes assertivas são verdadeiras, salvo:



Questões de Direito Previdenciário

- a) Poderão ser beneficiários na condição de dependente os pais, cuja dependência econômica será presumida;
- b) O empregador doméstico poderá se filiar ao regime previdenciário na condição de segurado facultativo;
- c) É segurado obrigatório como empresário o sócio cotista que receba remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural;
- d) É segurado obrigatório como segurado especial o pescador artesanal que exerce sua atividade de forma artesanal;
- e) Poderão ser beneficiários na condição de dependente a companheira, cuja dependência econômica será presumida.

12. Assinale V (Verdadeira) ou F (Falsa) ao lado de cada afirmativa abaixo e marque a alternativa correta.

- () No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social será composto unicamente pelas receitas da União;
- () A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço;
- () O salário-de-contribuição relativo ao contribuinte individual é a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observados os limites mínimos e máximos previstos na legislação;
- () O salário -maternidade não é considerado salário-de-contribuição;
- () A gratificação natalina integra o salário -de- contribuição, inclusive para cálculo de benefício na forma regulamentar.

- a) V - V - V - F - F
- b) F - F - V - V - V
- c) V - F - F - V - F
- d) V - F - F - F - V
- e) F - V - V - F - F

13. Analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta.

- I. O direito da seguridade social de apurar ou constituir seus créditos extingue-se após 20 (vinte) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído ou na data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.
- II. Após constituído o crédito pelo lançamento, tem a seguridade social o prazo de 02 (dois) anos para cobrá-lo, observado previsão constitucional.
- III. Conforme previsão constitucional são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- IV. A legislação previdenciária elenca diversas situações de responsabilidades, todas de natureza subsidiária e de caráter presuntivo

- a) Todas são incorretas;
- b) III e IV são corretas;
- c) Somente III é correta;
- d) Todas são corretas;
- e) Somente I e IV estão corretas.

14. Assinale V (Verdadeira) ou F (Falsa) ao lado de cada afirmativa abaixo e marque a alternativa correta.



Questões de Direito Previdenciário

- () A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente;
- () É segurado facultativo o menor de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição;
- () Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário;
- () É permitido o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, inclusive pensão por morte ou auxílio-acidente;
- () O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

- a) F - F - F - V - F
b) V - F - V - F - V
c) V - F - V - V - F
d) V - V - V - F - V
e) F - F - V - F - F

15. Assinale a assertiva incorreta:

- a) A seguridade social compreende um conjunto de ações, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
- b) Os objetivos da seguridade social, dentre outros, a universalidade da cobertura e do atendimento, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e equidade na forma de participação no custeio;
- c) Toda a sociedade de forma direta e indireta financia a seguridade social;
- d) Compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, ordenar a promoção de recursos humanos na área de saúde, incrementar em sua área de atuação e desenvolvimento científico e tecnológico e colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;
- e) Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da Previdência Social, independentemente de idade e contribuição na forma dos planos previdenciários.

Gabarito: 01. B - 02. C - 03. E - 04. D - 05. A - 06. E - 07. C - 08. B - 09. E - 10. C - 11. A - 12. E - 13. C - 14. B - 15. E

Notas: Questões de Direito Previdenciário, extraídas das provas para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho do Estado do Pará e Mato Grosso do Sul, selecionadas por Alinne Soares Guerra, advogada - Bauru/SP.
